



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 26/06/16

Conceição de Maria Lago Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado João Maranhão

para relatar.

Em 21/06/16

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

PARECER Nº ____/2016 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 66/2016.

Ementa: Institui o “Banco de
Medicamentos” do Estado do Piauí e
dá outras providências.

Ref. Legislativa:

Constituição do Estado do Piauí

Constituição Federal de 1988

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que Dispõe sobre a criação
do Banco de Medicamentos do estado do Piauí.

Projeto lido no expediente de 14 de junho de 2016 e
encaminhado a esta Comissão de Justiça para análise de seus aspectos
constitucional, legal e jurídico, nos termos do Regimento Interno.

É o relatório.

PARECER DO RELATOR

No que se refere a importância social do presente
Projeto de Lei, não há o que se questionar, momento pelo qual se faz mais
que oportuno parabenizar o ilustre deputado Rubens Martins pela
proposição. Todavia, cabe a esta Comissão de Constituição uma análise fria
sobre a legalidade, constitucionalidade e juridicidade dos projetos a ela
submetidos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO DEPUTADO JÚLIO ARCOVERDE

No nosso entendimento, as providências pretendidas pelo PL tem cunho eminentemente administrativo, e portanto, de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Estadual a quem compete a administração superior da administração pública, conforme dispõe o Art. 84, II da Carta Magna, constituindo afronta ao princípio da separação dos poderes.

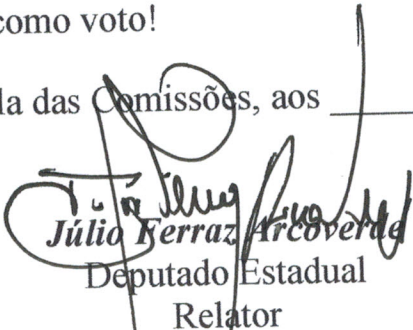
É o parecer.

CONCLUSÃO

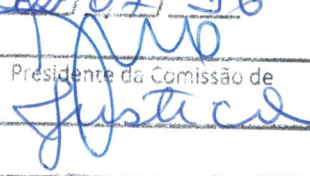
Ante o exposto, entendemos que o presente projeto padece de vício de iniciativa, portanto, de inconstitucionalidade formal. Neste sentido, para que o processo não seja arquivado, nosso voto é pela mudança para Indicativo de Projeto de Lei, podendo o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado acatar a proposição e encaminhá-la para esta Casa de Leis.

É como voto!

Sala das Comissões, aos _____ de Julho de 2016.


Júlio Ferraz Arcoverde
Deputado Estadual
Relator

transformado em Indicativo de Lei

APROVADO À UNANIMIDADE
em 22/02/16

Presidente da Comissão de
Justiça

1.º. 2.º. 3.º.